Ata n.º 10/2025

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de 2025, as 13:30h, tendo por local a Sala do Fundo de Previdência Social do Município, prédio do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situada na Rua Angelo Fucilini Sobrinho, 496, Centro, na cidade de São Valério do Sul/Rio Grande do Sul, reuniram-se extraordinariamente os membros do **Conselho Deliberativo**, nomeados pela Portaria n.º 22.709 de 13 de dezembro de 2023, conjuntamente com os membros do Comitê de Investimentos e do Conselho Fiscal. A reunião teve início no horário previsto e com suficiência de quórum, estando presentes os membros titulares Deise Fernanda Costella, Guilherme Mateus Ribeiro, Eliséia Teresinha Radin Plein em substituição de Andrelândia Soares da Silva e Sonia Iara de Oliveira em substituição de Larissa Fátima Dal Piaz Danelli Backes, que justificaram ausência. Registra-se ainda a presença do Gestor dos recursos do RPPS Jandir Agnes, da Servidora com dedicação exclusiva da UGRPPS Sonia Maria Kolling e de modo *on line* a presença de Nuria Broll, da empresa prestadora de serviços de assessoria e consultoria financeira Referência Gestão e Risco Ltda. A Presidente Deise Fernanda Costella deu boas-vindas aos presentes, declarando aberta a reunião nos termos regimentais e na sequência fez a leitura da pauta, que se resume na apreciação do relatório da análise de aderência da Gestão dos Recursos do RPPS à Resolução CMN n.º 4.963/2021 à Política de Investimentos de 2025, em atendimento a Portaria/MTP Nº 1.467, de 02 de junho de 2022 e apreciação dos balanços contábeis relativo ao Primeiro Semestre/2025. Em cumprimento a pauta, passou a palavra a Núria que destacou a importância desses relatórios, o cumprimento do artigo 129 da Portaria 1467/2022 e que o objetivo do relatório foi acompanhar, analisar e verificar se as aplicações estão em conformidade com a legislação vigente e com a Política de Investimentos. Informou que para 2025 a PI tem o foco voltado para renda fixa e está aderente e enquadrada aos percentuais e às diretrizes previstas no DPIN. Quanto a taxa de administração informou que os recursos foram mantidos em conta distinta daquela destinada ao pagamento de benefícios do RPPS, estando de acordo com a legislação. Em relação aos rendimentos versus a PI disse que para o exercício de 2025 foram observados os princípios estabelecidos pela Resolução CMN 4.963/2021 e pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e que os mesmos foram observadas rigorosamente não apenas na aplicação, mas também na manutenção dos recursos, assegurando a segurança para a preservação do patrimônio institucional, a rentabilidade que assegura o retorno adequado dentro da prudência financeira, a solvência e liquidez que são a capacidade de honrar os compromissos atuariais e a transparência e motivação traduzidas pela clareza nas decisões e coerência com os objetivos previdenciários. Foi informado que das aplicações financeiras do 1º semestre/2025, no valor de R$ 1.692.418,23, o melhor rendimento se deu no mês de maio/2025, com ganho de R$ 365.479,89 e que em 30/06/2025, o montante do capital do RPPS apurado foi de R$ 28.072.113,37, aplicado em fundos de investimento e mantido em conta corrente, distribuídos nas instituições financeiras do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Sicredi, todas habilitadas e aptas a receber recursos previdenciários, conforme lista atualizada divulgada pelo Ministério da Previdência Social. O acompanhamento da carteira de investimentos em relação a meta definida para 2025 na Política de Investimentos que foi IPCA + 5,11% ao ano, apresentou em 30/06/2025 uma rentabilidade acumulada em reais, o montante de R$ 1.692.418,23, correspondendo a 115,67% da meta semestral da PI, pois em termos percentuais a rentabilidade realizada no semestre foi de 6,46% sendo que a meta semestral da PI era de 5,59%, ultrapassando o estipulado na meta, em conformidade, enquadrados e sem ressalvas. Para a emissão do CRP, a elaboração do demonstrativo das aplicações e investimentos dos recursos é critério necessário, assim como o envio do DAIR até o último dia de cada mês, relativamente às informações das aplicações do mês anterior, para não contrariar o art. 241, inciso IV, alínea “b” da Portaria do MTP nº 1.467/2022, fato este respeitado pelo RPPS e disponíveis nos portais do município e do Ministério do Trabalho e Previdência comprovando que primou-se pela transparência e que ao longo do 1º semestre as aplicações do RPPS permaneceram enquadradas e sem ressalvas. Quanto ao monitoramento da política de investimentos e aos limites de alocação em renda fixa, renda variável, estruturados, fundos imobiliários estão em consonância com a legislação vigente, assim como observadas as restrições as vedações em razão do perfil do RPPS. Registra-se que no primeiro semestre/2025, não foi necessária nenhuma modificação no texto da PI nem nos percentuais dos limites superiores, estando todos os fundos que compõem a carteira do RPPS dentro dos limites e devidamente enquadrados em atendimento à legislação e demais normativas vigentes. Em continuidade foi apresentado o resumo do comportamento do mercado financeiro no primeiro semestre/2025, onde destacou-se que o período foi marcado por forte volatilidade

nos mercados globais, impulsionada principalmente por tensões comerciais, instabilidades políticas e econômicas e reavaliações das políticas monetárias em curso. No cenário internacional os Estados Unidos com o novo presidente adotou uma postura protecionista, com a imposição de tarifas a produtos de países como China, México e Canadá, elevando as incertezas e pressionado os mercados financeiros gerando quedas na bolsa não registradas desde a pandemia de 2020 e após com sinais de moderação pelas negociações diplomáticas, os mercados ensaiaram recuperação, com alguns índices renovando máximas históricas ao fim de junho. O dólar norte-americano apresentou uma das maiores desvalorizações dos últimos anos, provocado pela postura protecionista e expectativa de cortes na taxa de juros pelo Federal Reserve. Esse cenário beneficiou ativos internacionais e mercados emergentes com destaque para o desempenho positivo das bolsas europeias, das ações asiáticas e do ouro. Observou-se uma saída significativa de capitais dos EUA em direção a outras economias, em busca de diversificação e menor risco geopolítico. Na renda fixa internacional, os rendimentos dos Títulos do Tesouro Americano permaneceram elevados, refletindo a incerteza fiscal dos EUA o a cautela do Fed, que manteve os juros estáveis durante o semestre à espera de sinais mais consistentes de desaceleração da inflação e do mercado de trabalho. No Brasil, o cenário econômico apresentou melhora gradual, apesar dos desafios persistentes. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,4% no primeiro trimestre frente ao último trimestre de 2024, impulsionado principalmente pelo forte desempenho do setor agropecuário, que avançou 12,2%. A projeção de crescimento para o ano gira entre 2,1% e 2,3%, segundo estimativas do Banco Central e instituições privadas. Após sucessivos aumentos a taxa Selic atingiu 15% ao ano como estratégia para ancorar as expectativas de inflação e fortalecer o real frente ao dólar, que caiu de R$ 6,15 para cerca de R$ 5,50. A inflação deu sinais de arrefecimento. O IPCA-15 acumulou alta de 5,40% em 12 meses, abaixo do observado nos meses anteriores. A valorização cambial, a rigidez da política monetária e uma leve melhora no equilíbrio fiscal contribuíram para esse movimento, elevando a confiança dos agentes econômicos e dos investidores no mercado doméstico. As perspectivas para o segundo semestre de 2025 são desafiadoras, mas com sinais de maior estabilidade nos principais vetores de risco. No exterior, espera-se que Estados Unidos e Europa entrem em uma fase de desaceleração econômica mais pronunciada, o que deve levar os bancos centrais a iniciarem um ciclo gradual de cortes de juros, embora com cautela, dado que o controle da inflação segue como prioridade. Tensões geopolíticas, especialmente no âmbito comercial entre EUA e China, e conflitos localizados seguem como fatores de preocupação, com impacto direto sobre as cadeias globais de suprimentos e preços de commodities. Já no cenário doméstico, a atenção segue voltada para a condução da política fiscal e para a capacidade do governo em cumprir as metas estabelecidas pelo novo arcabouço fiscal que apesar do juro elevado, o ambiente interno caminha para maior estabilidade, sustentado por inflação sob controle, câmbio valorizado e atividade econômica resiliente. Com base na análise dos relatórios trazidos pela Consultoria Referência, bem como no acompanhamento mensal realizado pelo Gestor, Comitê de Investimentos e Conselhos, verifica-se que, no primeiro semestre de 2025, os investimentos do RPPS atenderam às normas vigentes e à Política de Investimentos, que foram observados o cumprimento das metas, o enquadramento dos ativos e a regularidade na gestão dos recursos, não sendo identificadas deficiências ou irregularidades no período. Reitera-se que o RPPS atingiu 115,67% de sua meta da PI no semestre, ficando uma expectativa positiva de que o mesmo atinja o seu objetivo no exercício anual. Registra-se que durante toda a apresentação os participantes expuseram suas dúvidas e receberam os devidos esclarecimentos transformando a reunião num encontro de grande aprendizado e, ao final, após esgotadas as perguntas a Presidente colocou os relatórios em votação sendo aprovados por unanimidade dos Conselheiros e com emissão de Parecer Favorável. Nada mais havendo a tratar, a presidente Deise Fernanda Costella declarou encerrada a reunião cuja ata foi por mim lavrada e assinada, seguida dos demais conselheiros e presentes. São Valério do Sul/RS, em 23 de julho de 2025.

_____

_____

_____

_____

(*) Esta ata não substitui o documento original arquivado junto à Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).